



**Cooperativa de Economia e Crédito
Mútuo dos Empregados da CBMM
Ltda.**

Demonstrações Financeiras Individuais (COSIF),
referentes aos exercícios findos de 31 de dezembro
de 2023 e 2022 com relatório do auditor
independente.

Conselho Administrativo:

Clodoveu Luciano Caixeta
José Vander Firmino Gonçalves
Marco Antonio de Souza Vieira
Marcio Rodrigues
Nicole Silva Rios
Lucio Mauro de Araújo

Presidente do Conselho de Administração:

Clodoveu Luciano Caixeta

Diretor Coordenador:

Marco Antonio de Souza Vieira

Diretor Financeiro:

José Vander Firmino Gonçalves

Conselho Fiscal:

Juliano Alcantara Pereira
Evandro Antenor Silva
Rafael Ferreira de Souza
Rafael Eduardo Cruz
Vinicius André Silva
Carlos Eduardo Teixeira

Contadora:

Marcella Lamounier Reis de Araújo

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
2. NOTAS EXPLICATIVAS	11
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	21
4. PARECER AUDITORIA	22

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do ano de 2023 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda (Cooperativa), na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em agosto de 2023 a Cooperativa completou 49 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício 2022, a Cooperativa obteve um resultado de R\$2.699.718,53 (Dois milhões seiscentos e noventa e nove mil e setecentos e dezoito reais e cinquenta e três centavos) representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 9,48%.

Já em 2023, a Cooperativa obteve um resultado de R\$3.850.576,83 (Três milhões oitocentos e cinquenta mil e quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos) representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 12,44%.

3. Ativos

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimos	R\$ 21.912.682,33	90,25 %
Financiamentos	R\$ 2.367.622,72	9,75 %

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 8,22% da carteira, no montante de R\$ 2.015.936,84 (Dois milhões, quinze mil novecentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Já na data-base de 31/12/2023 o percentual de 7,35% da carteira, no montante de R\$ 1.785.293,00 (Um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e noventa e três reais).

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda é de R\$ 30.948.630,70 (trinta milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta reais e setenta centavos). O quadro de associados é composto por 2.334 cooperados.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos,

cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “rating” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92% nos níveis de “A” a “C”.

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está pautada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda uma auditoria interna e uma auditoria externa, com a finalidade de verificar se os controles estão em conformidade com a Resolução 4.968/21.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota a Instrução Normativa de Crédito, como muitas outras instruções normativas.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais e está atenta para a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na Assembleia Geral Ordinária (AGO), com mandato até a AGO de 2024, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Agente de Apoio a Ouvidoria, sendo o Ouvidor, de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 4860/20 do Conselho Monetário Nacional. Atendeu até 31/12/2023 as manifestações recebidas por meio do atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação.

Araxá, (MG), 31 de dezembro de 2023.

Conselho de Administração e Diretoria

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em reais)

ATIVO		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE	Nota	18.800.877	17.112.909
DISPONIBILIDADES		8.628.226	6.419.119
Bancos		668	6.834
Aplicações Financeiras		8.627.558	6.412.285
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.a	9.851.260	10.364.888
Setor Privado		9.974.547	10.495.562
(-) Provisão de Crédito	4.a	(123.288)	(130.675)
OUTROS CRÉDITOS		321.391	328.902
Diversos	5	321.391	328.902
ATIVO NÃO CIRCULANTE		14.137.205	13.872.953
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.a	14.128.935	13.864.994
Setor Privado		14.305.758	14.038.214
(-) Provisão de Crédito	4.a	(176.823)	(173.220)
IMOBILIZADO DE USO	6	8.270	7.959
Outras Imobilizações de Uso		41.546	38.929
(-) Depreciações Acumuladas		(33.276)	(30.969)
INTANGÍVEL		-	-
Ativos Intangíveis		16.632	16.632
(-) Amortização Acumulada		(16.632)	(16.632)
TOTAL DO ATIVO		32.938.081	30.985.862
PASSIVO		31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		1.989.451	2.519.945
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES			
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7	1.989.451	2.519.945
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		3.989	11.253
Sociais e Estatutárias		1.900.364	2.442.545
Fiscais e Previdenciárias		20.804	17.575
Diversas		64.294	48.572
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.948.631	28.465.917
Capital de Domiciliados no País		23.366.408	22.434.248
Reservas de Lucros		3.731.646	3.331.951
Sobras ou Perdas Acumuladas		3.850.577	2.699.718
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.938.081	30.985.862

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM

Demonstração de Sobras e Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	Nota	2º.Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
1 (+) RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Créditos	8	3.238.363	6.184.685	5.433.705
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlr. Mobiliários	8	508.482	865.582	690.837
		3.746.845	7.050.267	6.124.542
2 (-) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa				
Reversão de Provisões Operacionais	9	58.431	112.705	107.873
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	9	(46.622)	(118.768)	(88.742)
		11.809	(6.062)	19.131
3 (=) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (1-2)		3.758.654	7.044.205	6.143.672
4 (+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas de Pessoal	10	(284.943)	(567.025)	(515.045)
Despesas Administrativas	11	(230.680)	(454.381)	(439.055)
Despesas Tributárias		(1.402)	(2.676)	(2.300)
Outras Receitas Operacionais		15.518	59.200	108.213
Outras Despesas Operacionais		(12.901)	(18.640)	(17.344)
		(514.408)	(983.522)	(865.531)
5 (=) RESULT. ANTES DA TRIB.S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES (3-4)		3.244.246	6.060.683	5.278.142
6 (-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-
7 (-) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(33.800)	(74.300)	(80.400)
8 (=) RESULT. ANTES DO JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO (5-6-7)		3.210.446	5.986.383	5.197.742
9 (-) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(578.137)	(1.336.415)	(1.823.095)
10 (=)SOBRAS OU PERDAS (8-9)		2.632.310	4.649.967,68	3.374.646,91
11 (-) FATES -10%			(399.695)	(337.465)
12 (-) FUNDO DE RESERVA- 10%			(399.696)	(337.465)
13 (=)SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO (10-11-12)		2.632.310	3.850.577	2.699.718

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	SOBRAS	TOTAL
	Realizado	Reserva Legal	Sobras e (Perdas) Acumuladas	Saldo Atual
Saldos em 31.12.2021	21.071.378	2.994.486	2.835.886	26.901.751
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(67)	(67)
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	(283.589)	(283.589)
Incorporação Sobras	2.552.231	-	(2.552.231)	-
Incorporação de Capital Exercício Anterior	2.326.956	-	-	2.326.956
Ao Capital	798.628	-	-	798.628
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Devolução (-)	(778.268)	-	-	(778.268)
Devolução de Capital	(231.981)	-	-	(231.981)
Distribuição de sobras em dinheiro:	(2.338.568)	-	-	(2.338.568)
Juros ao Capital Social Demitidos	74.447	-	-	74.447
Amortização de Empréstimos	(1.039.796)	-	-	(1.039.796)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	3.374.647	3.374.647
IRRF sobre Juros ao Capital	(777)	-	-	(777)
. Fundo de Reserva	-	337.465	(337.465)	-
. F A T E S	-	-	(337.465)	(337.465)
Saldos em 31.12.2022	22.434.248	3.331.951	2.699.718	28.465.917
Mutações do exercício	(1.362.870)	(337.465)	136.169	(1.564.166)
Saldos em 31.12.2022	22.434.248	3.331.951	2.699.718	28.465.917
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	(320.000)	(320.000)
Constituição de Reservas	2.379.718	-	(2.379.718)	-
Ao Capital	1.748.648	-	-	1.748.648
Distribuição de sobras para o associado	(2.234.420)	-	-	(2.234.420)
Incorporação de capital - Ex associados	125.271	-	-	125.271
Amortização de Empréstimos	(1.772.076)	-	-	(1.772.076)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	2.424.932	-	-	2.424.932
Por Devolução (-)	(1.720.862)	-	-	(1.720.862)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	4.649.968	4.649.968
IRRF sobre Juros ao Capital	(19.050)	-	-	(19.050)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	399.695	(399.695)	-
. F A T E S	-	-	(399.695)	(399.695)
Saldos em 31.12.2023	23.366.408	3.731.646	3.850.578	30.948.632
Mutações do exercício	(932.160)	(399.695)	(1.150.861)	(2.482.714)
Saldos em 30.06.2023	24.307.603	3.331.951	2.017.658	29.657.212
Amortização de Empréstimos	(1.249.290)	-	-	(1.249.290)
Incorporação de capital - Ex associados	99.049	-	-	99.049
Movimentação de Capital:	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.222.262	-	-	1.222.262
Por Devolução (-)	(1.012.936)	-	-	(1.012.936)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	2.632.309	2.632.309
IRRF sobre Juros ao Capital	(280)	-	-	(280)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	399.695	(399.695)	-
. F A T E S	-	-	(399.695)	(399.695)
Saldos em 31/12/2023	23.366.408	3.731.646	3.850.577	30.948.631
Mutações do semestre	(941.195)	399.695	1.832.919	1.291.419
Saldos em 31/12/2023	23.366.408	3.731.646	3.850.577	30.948.631

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM

Demonstração de Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2º.Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	3.210.445	5.986.383	5.197.742
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(67)
Provisão para Operações de Crédito	(15.410)	(3.784)	(109.474)
Depreciações e Amortizações	1.154	2.307	3.145
Despesa de Juros ao Capital	(578.137)	(1.336.415)	(1.823.095)
	2.618.052	4.648.491	3.268.250
Aumento/redução em ativos operacionais			
Operações de Crédito	631.242	(245.903)	(913.429)
Outros Créditos	17.907	7.510	(62.599)
Outros Valores e Bens	30.018	-	-
Aumento/ redução em passivos operacionais			
Outras Obrigações	304.392	(664.499)	957.848
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	3.601.610	3.745.600	3.250.070
Atividades de Investimento			
Alienação de Investimento	-	(310)	(1.750)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Investimento	-	-310	-1.750
Atividades de Financiamentos			
Ao FATES	-	(320.000)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	2.379.718	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	(2.234.420)	-
Incorporação de capital - Ex associados	99.049	125.271	-
Por Subscrição/Realização	1.222.262	2.424.932	2.326.956
Por Devolução (-)	(1.012.936)	(1.720.862)	(1.010.250)
IRRF sobre Juros ao Capital	(280)	(19.050)	(777)
FATES - Atos Cooperativos	(399.694)	(399.695)	(337.465)
Transferencia FATES- Exercício Anterior	-	-	(283.589)
Aumento por incorporação de Juros ao Capital exercício anterior	-	-	798.628
Aumento por Juros ao Capital Demitidos	-	-	74.447
Amortização de Empréstimos	(1.249.290)	(1.772.076)	(1.039.796)
Distribuição de sobras em dinheiro	-	-	(2.338.568)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades de Financiamentos	(1.340.889)	-1.536.183	-1.473.016
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	2.260.721	2.209.107	1.437.906
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	6.367.505	6.419.119	4.981.213
No Fim do Período	8.628.226	8.628.226	6.419.119
Variação Líquida das Disponibilidades	2.260.721	2.209.107	1.437.906

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)



C.E.C.M DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA.

Demonstração de Resultado Abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Sobras/ Perdas Líquidas	3.850.577	2.699.718
Outros Resultados Abrangentes		
Total do Resultado Abrangente	3.850.577	2.699.718

2. NOTAS EXPLICATIVAS

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda (Cooperativa) é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/12/1974. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Lei 13.818/2019 as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

a) Mudanças em vigor:

- Resolução CMN nº 4.924/21: Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil
- Resolução CMN nº 4.966/21: representa uma evolução nas práticas contábeis para instrumentos financeiros. Uma das alterações mais relevantes é a mensuração das provisões para créditos de liquidação duvidosa, que agora se baseia no conceito de perda esperada, permitindo uma avaliação mais precisa das futuras perdas. A Cooperativa possui um plano disponibilizado pela empresa que opera com o sistema de informação, para a implementação dessas alterações, desta forma, a Companhia irá seguir todos os pilares desse planejamento a fim de possibilitar uma implementação eficiente.
- Lei Complementar nº 196/22: para incluir as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito entre as instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições a serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e dá outras providências.

b) Normas emitidas pelo BACEN com exigência futura

- Resolução BCB nº 219/22: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17.
- Resolução BCB nº 255: Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas

instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

O BACEN através da Resolução nº2/20 consolidou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, que passaram a ser aplicadas a partir de 2021.

As Demonstrações Financeiras apresentam os resultados atingidos pela Cooperativa e seu desempenho financeiro. Durante o ano de 2023, os Diretores, Conselheiros e colaboradores, trabalharam com o foco constante na evolução, continuidade do negócio e concessão de produtos para seus cooperados, bem como a melhoria dos processos internos. As demonstrações de 31 de dezembro de 2023 e suas respectivas notas explicativas foram aprovadas pela administração em 31/01/2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Disponibilidades

Disponibilidades, conforme Resolução 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, incluem caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo

e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Imobilizado

Móveis e Equipamentos de uso, Equipamentos de Informática (hardwares) e outros imobilizados, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 5, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada (Nota 6).

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso

econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Juros ao capital

A Lei 5764 de 16.12.1971 em seu artigo 24º parágrafo terceiro autoriza as Cooperativas a efetuarem o pagamento de até 12% de juros sobre o capital, entretanto a Lei Complementar 130 de 2009, em seu artigo 7º estabelece que a remuneração anual sobre o capital deva ser limitada a taxa referencial SELIC. Será efetuado em 04/01/2024, utilizando 40% da taxa Selic over dia durante o ano 2023, sobre o saldo do capital, o que totalizou um valor de R\$ 1.211.204,02 (um milhão duzentos e onze mil duzentos e quatro reais e dois centavos). Sobre este valor houve incidência de Imposto de Renda, tendo como base a tabela progressiva.

n) Valor recuperável de ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2023 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

4. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total¹ em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total¹ em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A	0,50%	Normal	22.119.411	110.597	21.773.227	108.866
B	1%	Normal	789.902	7.899	1.161.548	11.615
B	1%	Vencidas	5.333	53	147.283	1.473

C	3%	Normal	634.765	19.043	643.737	19.312
C	3%	Vencidas	77.577	2.327	107.724	3.232
D	10%	Normal	424.240	42.424	512.328	51.233
D	10%	Vencidas	45.113	4.511	23.591	2.359
E	30%	Normal	44.482	13.345	44.050	13.215
E	30%	Vencidas	5.097	1.529	22.567	6.770
F	50%	Normal	7.639	3.820	10.246	5.123
F	50%	Vencidas	47.796	23.898	1.045	523
G	70%	Normal	21.100	14.770	-	-
G	70%	Vencidas	6.521	4.564	20.854	14.598
H	100%	Normal	10.045	10.045	29.303	29.303
H	100%	Vencidas	41.284	41.284	36.274	36.274
Total Normal			24.051.584	221.943	24.174.438	238.667
Total Vencido			228.721	78.168	359.338	65.228
Total Geral			24.280.305	300.110	24.533.776	303.895
Provisões			300.110	300.110	303.895	303.895
Total Líquido			23.980.195	300.110	24.229.882	303.895

¹ Estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vencidas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	82.910	104.527	41.284	228.721
Total	82.910	104.527	41.284	228.721

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	303.895	413.369
Constituições/Reversões no Exercício	(3.785)	(109.474)
Total	300.110	303.895

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	142.191	0,59	263.403,01	1,09
20 Maiores Devedores	1.785.293	7,35	2.015.936,84	8,32
50 Maiores Devedores	3.338.553	13,75	3.448.656,20	14,23

5. Outros Créditos

Composto pelos valores a receber da Cooperativa referente ao repasse de capital e empréstimo das empresas conveniadas como também os impostos a recuperar, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a compensar	73.126	126.050
IOF a compensar	8.140	8.139
Devedores diversos ¹	240.126	194.712
Total	321.391	328.901

¹ Trata-se devedores diversos como sendo as empresas conveniadas junto a Cooperativa.

6. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Móveis e Equipamentos	10%	14.158	14.158
Equipamentos de Informática	20%	24.640	22.022
Equipamentos de Comunicação e Segurança	20%	2.748	2.748
TOTAL		41.546	38.928
Depreciação acumulada		(33.276)	(30.969)
TOTAL		8.270	7.959

7. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	404.141	337.464
Fiscais e Previdenciárias	20.804	17.574
Gratificação de Participação a pagar	48.691	54.615
Cotas de Capital e Juros a Pagar	1.447.532	1.748.648
Diversos (a)	68.283	361.644
Total	1.989.451	2.519.945

(a) Diversos referem-se à provisão de férias e impostos a recolher.

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído por 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

8. Receitas da intermediação financeira

Descrição	2ºSem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de juros empréstimo e financiamento	3.211.970	6.108.235	5.302.661
Rendas de multa e mora	5.889	19.666	21.516
Rendas de aplicação financeira	508.482	865.582	690.837
Rendas de recuperação de baixa como prejuízo	20.504	56.783	109.527
Total	3.746.845	7.050.267	6.124.542

9. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2ºSem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Reversão de crédito de operações duvidosas	58.431	112.705	107.873
Operações de crédito liquidação duvidosa	(46.622)	(118.768)	(88.742)
Total	11.809	(6.062)	19.131

10. Despesas de pessoal

Descrição	2ºSem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de honorários	(28.512)	(58.342)	(54.297)
Despesas com benefícios	(53.939)	(95.391)	(85.629)
Despesas com encargos sociais	(64.473)	(125.648)	(104.911)
Outras despesas de pessoal	(137.917)	(287.645)	(270.209)
Total	(284.942)	(567.025)	(515.045)

11. Despesas administrativa

Descrição	2ºSem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Processamento de dados	(87.728)	(185.767)	(171.945)
Serviços Bancários	(7.564)	(16.575)	(27.953)
Serviços de terceiros	(83.432)	(166.372)	(146.519)
Despesas de transporte	(4.991)	(11.101)	(10.478)
Despesas de materiais	(1.451)	(5.474)	(6.194)
Despesas de depreciação	(1.154)	(2.307)	(3.145)
Outras despesas administrativas	(40.521)	(66.785)	(72.821)
Total	(183.716)	(454.381)	(439.055)

12. Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras e operações de crédito.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de Março de 2023, os cooperados deliberaram o rateio das sobras no valor de R\$ 2.379.717,55 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) do exercício de 2022, entre os cooperados, proporcionalmente às suas operações realizadas com a Cooperativa, sendo que 100% (cem por cento) deste valor foram creditados diretamente na conta corrente dos Associados.

14. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no ano de 2023:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS (valores em reais)	% em relação à carteira total
346.214,75	1,43%

15. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência - PR da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 30.948.630,70 (Trinta milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta reais e setenta centavos) em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 28.465.916,62 (Vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos) em 31 de dezembro de 2022.

Clodoveu Luciano Caixeta
Presidente do Conselho de Administração

Marco Antônio de Souza Vieira
Diretor Coordenador

Marcella Lamounier Reis de Araújo
Contadora
CRC/MG nº: 121065

3. PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Examinamos os balancetes, balanços e as demonstrações de resultado da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA**, em 31/12/2023, e as aplicações dos recursos do exercício findo, elaborado sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossos exames foram executados de maneira a comprovar a adequada demonstração em seus aspectos relevantes, considerando o sistema contábil, os princípios de contabilidade e controles internos constantes de sua programação técnica.

Somos de parecer que as referidas demonstrações apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA** e o resultado das operações do exercício findo, de acordo com as instruções emanadas do Plano Contábil do COSIF.

ARAXÁ-MG. 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

JULIANO ALCANTARA PEREIRA
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

EVANDRO ANTENOR DA SILVA
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

RAFAEL EDUARDO CRUZ
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

RAFAEL FERREIRA DE SOUZA
CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

VINICIUS ANDRE SILVA
CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA
CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

4. PARECER AUDITORIA

Srs.

Conselheiros, Diretores e Associados da

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA
CBMM LTDA. – CREDMAIS**

Araxá-MG

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA. - CREDMAIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 31 de janeiro de 2024.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/MG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRC MG 077699/O